

A FORMAÇÃO DO SETOR DE EDUCAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO (1984-1989)

Carla Michele Ramos Torres*

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) surgiu oficialmente em 1984, período final do regime militar brasileiro marcado pela pressão popular, que exigia o retorno da democracia. Com a transição democrática, o MST criou em 1987 um setor de educação, a fim de elaborar projetos nessa área e intensificar a luta pelo direito dos sem-terra à educação pública. O estudo bibliográfico tem como objetivo analisar a formação do setor de educação do movimento social em pauta, no contexto político brasileiro entre os anos de 1984 e 1989, à luz de referenciais marxistas e teóricos contemporâneos da ciência política. Entre os resultados, destaca-se a relação dialética materialista, presente no processo de formação do setor de educação do MST.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Educação. Política brasileira.

MST'S FORMATION OF THE EDUCATION SECTOR IN BRAZILIAN POLITICAL CONTEXT (1984-1989)

ABSTRACT

The Landless Workers Movement (MST) began officially in 1984, at the end of the Brazilian military government, marked by popular pressure that required the return of democracy. With the democratic transition, MST created in 1987 an education sector, in order to develop projects in this area and intensify the fight for the right of landless workers to public education. This bibliographical study aims to analyze the formation of the education sector of MST, in the Brazilian political context between 1984 and 1989, in the light of Marxists references and contemporary

* Professora de História do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Irati. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora do Grupo HISTEDBR – Campos Gerais. ORCID: 0000-0001-7670-0909. Correio eletrônico: carla.ramos@ifpr.edu.br

theorists of political science. Among the results was the materialistic dialectic relationship, present in the process of formation of MST education sector.

Keywords: *Landless workers movement. Education. Brazilian politics.*

LA FORMACIÓN DEL SECTOR DE EDUCACIÓN DEL MST EN EL CONTEXTO POLÍTICO BRASILEÑO (1984-1989)

RESUMEN

El Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) surgió oficialmente en 1984, período final del régimen militar brasileño y marcado por la presión popular que exigía el retorno de la democracia. Con la transición democrática, el MST creó en 1987 un sector de educación, a fin de elaborar proyectos en esa área e intensificar la lucha por el derecho de los sin-tierra a la educación pública. El estudio bibliográfico tiene como objetivo analizar la formación del sector de educación, del movimiento social en pauta, en el contexto político brasileño entre los años 1984 y 1989 a la luz de referenciales marxistas y teóricos contemporáneos de la ciencia política. Entre los resultados se destaca la relación dialéctica materialista, presente en el proceso de formación del sector de educación del MST.

Palabras clave: *Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra. Educación. Política brasileña.*

1 INTRODUÇÃO

O processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST)¹ no Brasil ocorreu na década de 1980, mas a sua gênese pode ser observada entre os anos de 1978 e 1983, a partir das várias mobilizações, de caráter fundiário, ocorridas em diferentes estados brasileiros e apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo Fernandes (2012), o MST é um movimento socioterritorial, constituído por diversas categorias de camponeses pobres e que surgiu da ocupação da terra e por meio da luta para ter acesso a ela; reproduz-se através da espacialização e da territorialização.

As lutas iniciais promovidas pelo MST podem ser analisadas por meio de suas campanhas, mobilizações e ocupações, num período marcado nacionalmente pelo fim do governo civil-militar, processo de redemocratização, elaboração de uma nova constituição, políticas democráticas de caráter neoliberal, projetos de estabilização econômica e por uma profunda desigualdade social. Desde sua

¹ No texto, utilizaremos o termo *sem-terra* com hífen para designar os trabalhadores rurais pertencentes ao MST e a palavra *Movimento* com letra maiúscula para remeter a este movimento social.

origem, o Movimento se preocupou com a educação dos seus integrantes, sendo assim pode-se considerar que “[...] a história da educação no MST tem relação direta com o percurso do movimento como um todo.” (CALDART; KOLLING; VARGAS, 2012, p. 500).

No sentido de resgatar parte da história da educação brasileira a partir da história da educação dos movimentos sociais nacionais e populares, este artigo objetiva analisar a formação do setor de educação do MST, vinculado ao conjunto de lutas desse Movimento no contexto político e econômico brasileiro entre os anos de 1984 e 1989². Entendemos que, no modo de produção capitalista, a luta de classes se faz presente em todas as dimensões humanas e, se, de um lado, o Estado burguês possui suas diretrizes educacionais, de outro, os trabalhadores também possuem seus projetos nesse campo.

O estudo é de caráter bibliográfico e está fundamentado nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, por abordar o objeto a partir da categoria da totalidade. Além disso, utilizaremos as concepções teóricas marxistas acerca do papel do Estado e da luta de classes, a fim de identificar as contradições entre o direito de liberdade e igualdade garantido por leis e esse mesmo direito em sua plenitude, ou seja, real e concreto. Acreditamos que o presente trabalho possa trazer reflexões acerca do projeto de sociedade e de educação da classe trabalhadora, tanto os que estão envolvidos no MST, como aqueles que estão condicionados nos mais variados espaços sociais.

2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA

Em 1984, entre os dias 20 e 22 de janeiro, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, ocorreu o I Encontro Nacional do MST, momento em que foi oficializada a fundação deste. A partir de então, o Movimento passou a mobilizar ações, num primeiro momento, pelo acesso a terra e depois por outros direitos, como saúde, educação, cultura e políticas agrícolas. Neste período, acirravam-se no Brasil as reivindicações pelas Diretas Já, ou seja, pela eleição direta para o Poder Executivo federal. Eram os momentos finais de um regime político civil-militar que perdurou por duas décadas, deixando profundas consequências econômicas, sociais e políticas.

Em relação à economia brasileira nos anos iniciais da década de 1980, Deitos (2008, p. 32-33) apontou que “[...] o desdobramento incontrolável do processo de acumulação de capital gerou o aumento da dívida externa bruta [...]”, reforçando o que o autor denominou de “[...] consistência do processo de internacionalização da economia brasileira.” (DEITOS, 2008, p. 35). Essas afirmativas permitem inferir que, apesar das várias transformações ocorridas nas relações de produção e de trabalho em nosso país, durante o século XX, sua vida econômica ainda estava subordinada, naquele momento, aos interesses estrangeiros das grandes nações capitalistas, algo que Caio Prado Junior (1981, p. 279) denunciou em suas análises históricas:

² O período de análise se estende desde a fundação do MST, em 1984, até o ano de 1989, momento final do governo do presidente José Sarney.

O Brasil, como dos demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes.

Nesse sentido, a política econômica do governo instalado em 1964 e finalizado em 1985 não conseguiu romper uma tradição da organização econômica brasileira, denominada pelos autores acima de internacionalização econômica. O que manteve o Brasil num papel secundário em relação às maiores potências do capitalismo mundial, aprofundando ainda mais as contradições do sistema capitalista em nosso território.

João Figueiredo foi o último presidente dessa fase em que o Poder Executivo federal esteve sob o domínio dos militares. Embora sua plataforma de governo tenha agregado programas de incentivo à agricultura e à habitação, bem como promovido o fim do bipartidarismo, o contexto foi marcado por intensas mobilizações sociais. A insatisfação popular era imensa, devido ao aumento da inflação, à estagnação econômica, à ampliação da pobreza, principalmente em regiões urbanas, e à não votação da emenda Dante de Oliveira, que previa a eleição direta para presidente no ano de 1984.

O cenário relatado contribuiu para o surgimento de partidos políticos, associações não governamentais e movimentos sociais no território nacional. Entre os movimentos, citamos o MST, que, segundo Stédile e Frei Sérgio Gorgen (2006, p. 543, grifo do autor), pode ser assim definido:

O MST se considera um movimento social de massas cuja principal base social são os camponeses sem-terra, que tem caráter, ao mesmo tempo, *sindical* (porque luta pela terra para resolver o problema econômico das famílias), *popular* (porque é abrangente, várias categorias participam, e porque luta por reivindicações populares, especialmente nos assentamentos) e *político* (não no sentido partidário, mas no sentido que quer contribuir para mudanças sociais).

Na época do nascimento oficial do MST, o Brasil vivenciava a desagregação de uma ditadura civil-militar, e isso representou a retomada da liberdade de expressão e de ação política coletiva, pois, num período de duas décadas, a repressão e a censura tomaram conta do país, apesar de um elevado crescimento da economia, conhecido como milagre econômico.

Conforme a concepção de Luiz Carlos Bresser-Pereira, no governo militar, o Estado brasileiro, no plano político, pode ser caracterizado como um Estado Autoritário-Capitalista e, em relação ao plano administrativo, como um Estado Burocrático. Entre as principais características destacadas por Bresser-Pereira (2001) acerca dessa forma de Estado, citamos a aliança da burocracia civil e militar com as classes médias burocráticas do setor privado e com a burguesia capitalista brasileira; a grande autonomia de gestão dos setores da administração indireta e das empresas estatais; e a centralização política nas mãos do governo federal em contrapartida à descentralização administrativa.

O Estado Burocrático Autoritário-Capitalista dificultou o crescimento do mercado interno, impossibilitou o avanço democrático com os atos institucionais e, em relação à reforma agrária, não aplicou o Estatuto da Terra, favorecendo a concentração de terra e a exploração do trabalhador do campo. Nessa época, registrou-se a consolidação dos interesses das classes burguesas, vinculadas ao capital estrangeiro, que, através de financiamentos de obras faraônicas projetadas pelo governo e da inserção de grandes empresas multinacionais no território brasileiro, monopolizou o Estado como aparelho para o exercício do seu poder.

Segundo Marx e Engels (2007), a organização social e o Estado são provenientes do modo como uma sociedade produz sua vida material e realiza seu intercâmbio. Portanto, o Estado brasileiro presidido pelos militares se constituiu a partir de uma forma de organização produtiva voltada às necessidades do capitalismo internacional. Dessa maneira, não há como esperar de um governo fundamentado nessa base de produção um comportamento diferente, ou seja, uma plataforma política de interesses nacionais e populares.

Diante de uma organização social regida pela divisão em classes antagônicas e de um Estado que não representa efetivamente a maioria populacional de uma nação, os trabalhadores se organizam de várias maneiras para que seus interesses sejam minimamente preservados. A ausência de uma legislação voltada para o trabalhador rural e de sua representação política, o anseio de garantir um domínio de terra e uma condição de vida mais justa diante do avanço do capitalismo influenciaram a mobilização dos sem-terra na formação de um movimento de cunho político e social.

Em 1985 se iniciou uma nova etapa política em nosso país, o processo de redemocratização no Brasil ganhou adesão de artistas, diferentes classes de trabalhadores, dos partidos políticos e movimentos sociais. As aspirações vinham de diversos setores sociais e, nesse contexto democrático, era preciso incluir, na pauta do governo, questões como a elaboração de uma nova constituição, planos de estabilização econômica e abertura de diálogos com representantes da sociedade civil.

Em relação à questão fundiária nacional, em outubro de 1985, no governo de José Sarney, foi aprovado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com a proposta de assentar mais de um milhão de famílias em quatro anos. Porém, o plano não se consolidou integralmente devido à criação da União Democrática Ruralista (UDR), associação formada por latifundiários contrários aos projetos de reforma agrária, e também em virtude da natureza do próprio Estado burguês, conforme apontado por Engels (1999, p. 117):

[...] o Estado moderno não é tampouco mais que uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições exteriores gerais do modo capitalista de produção contra os atentados, tanto dos operários como dos capitalistas isolados. O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal.

A partir da exposição de Engels sobre o papel do Estado na sociedade de classes, podemos compreender as razões concretas da não efetividade de políticas públicas que possam solucionar as necessidades reais dos trabalhadores

sem-terra. Afinal, para concretizar uma reforma agrária a contento desses sujeitos, o Estado brasileiro, como expressão do capitalismo burguês, precisaria primeiramente ser suprimido.

Nesse contexto de luta de classes, o MST, a partir do lema *Terra não se ganha, Terra se conquista*, foi se fortalecendo como um movimento social de cunho sindical, popular e político. Dessa materialidade, surgiu para o Movimento a necessidade de pensar o papel da educação no interior de sua organização, pois, até a fase de assentamento, as famílias vivem acampadas nos locais ocupados e, nesses espaços, não há estrutura educacional institucionalizada. Além do mais, a maior parte dos trabalhadores sem-terra é de origem camponesa, ou seja, trabalhadores do campo que não tiveram acesso completo aos diferentes níveis de escolaridade por terem de trabalhar em duplas jornadas desde muito cedo para colaborar no orçamento familiar.

A partir dessa realidade, marcada pela resistência e pela busca de autonomia, o MST criou em 1987 um setor de educação, para pensar tanto o acesso à educação institucionalizada quanto a educação informal e militante. Apesar das forças que tentaram minar o crescimento do Movimento, podemos inferir que o retorno da democracia no Brasil colaborou para que a luta se ampliasse para várias regiões do país e agregasse apoio de parte da sociedade civil.

Com a redemocratização, os trabalhadores sem-terra, organizados no MST, estenderam suas lutas para outros campos, por acreditarem que essas outras conquistas seriam fundamentais na concretização de seu projeto de sociedade. Foi desta maneira que o setor de educação recebeu uma atenção especial por parte das lideranças do Movimento. Isso ocorreu, porque sabemos que, mesmo em um Estado democrático, os trabalhadores não têm seus interesses realizados de forma absoluta, visto que o caráter desse Estado é burguês.

Segundo o pensamento de Marx (1983, p. 24), “[...] o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.” Desse modo, o pensamento educacional dos sem-terra está diretamente relacionado às suas condições materiais, assinaladas pela luta de classes. Por isso, uma análise histórica da formação do setor de educação do MST torna-se importante para entender a organização educacional na sociedade capitalista.

3 LUTA PELA TERRA E LUTA POR EDUCAÇÃO

Os trabalhadores sem-terra, após incorporarem os espaços rurais como formas de assentamentos e fazerem desses territórios sua nova base social, buscaram “[...] na história e em outras experiências subsídios que pudessem ajudar no processo de organização dos assentamentos.” (CALDART, 2004, p. 188). Dessas experiências, a formalização do setor de educação coincidiu, por exemplo, com o período de consolidação do movimento como organização nacional em fins da década de 1980.

Entre as características que identificam o trabalho de educação desse Movimento, podemos destacar o direito à educação, a constituição de coletivos, a formação de educadores da reforma agrária, a atuação direta com as crianças e

os jovens dos acampamentos e assentamentos e a construção do seu projeto político-pedagógico. Observamos, a partir dessas diretrizes, que a ação desenvolvida pelo MST, via educação, estava relacionada diretamente à politização dos trabalhadores sem-terra, a fim de fortalecer o Movimento, uma vez que essa consciência política não poderia ser construída por uma instituição de ensino mantida pelo Estado burguês.

O setor de educação do MST passou a elaborar, de maneira coletiva, uma produção na qual as questões pedagógicas, as teorias educacionais e a noção de escola passaram a fazer parte da pauta dos seus encontros regionais e nacionais. Os trabalhadores, na tentativa de resistir à educação ofertada pelo Estado burguês e, ao mesmo tempo, consolidar seus interesses de classe, acabam construindo outros espaços educacionais, pois, conforme Kuenzer (2002, p. 197),

Além da escola, outros espaços, tais como os sindicatos, outras associações e mesmo grupos que congreguem trabalhadores, podem se constituir em alternativas para a viabilização de propostas pedagógicas que venham ao encontro dos interesses do trabalhador.

Duas necessidades imediatas fizeram emergir o setor de educação do MST. A primeira nasceu a partir da realidade física dos seus integrantes, já que os espaços ocupados por eles não ofereciam estrutura escolar. Em segundo lugar, o Movimento, para se sustentar na prática, precisa educar seus membros a partir de pressupostos teóricos associados ao seu projeto de organização social, e isso a escola pública brasileira não pode oferecer, devido às contradições da sociedade capitalista.

Dessa forma, consideramos que a necessidade do cuidado pedagógico-político das crianças presentes nos acampamentos, nas marchas e nos assentamentos contribuiu para que o MST colocasse, na agenda de suas ações, a educação formal e informal. Uma educação não só no sentido do acesso à escola, mas de um processo educativo que englobasse uma formação humana baseada em sua realidade material.

Sobre as perspectivas teóricas que orientaram as propostas educativas do MST ao longo do seu processo de formação até o final da década de 1990, Bezerra Neto (1998, p. 75) salientou a concepção de escola desejada pelo Movimento:

O MST não define sua proposta pedagógica nos marcos de nenhum modelo pedagógico tradicional. Ao contrário, procura conjugar várias posturas, unindo a atuação de existencialistas cristãos como Paulo Freire, construtivistas como Piaget e marxistas como Makarenko, passando ainda por propostas nacionalistas, como as de José Martí.

A educação institucionalizada, almejada pelo MST, reúne várias correntes educacionais que buscaram integrar a prática pedagógica e a ação política na educação dos marginalizados. Objetivando ir além de uma educação voltada para a adaptação ao sistema capitalista, as lideranças do Movimento projetaram uma pedagogia para transformar a realidade produzida pelo capitalismo excludente.

Com base nos pressupostos teóricos marxistas, observamos que o Estado democrático no Brasil é a expressão dos interesses da classe burguesa, que, para

existir como classe dominante, precisa disseminar sua ideologia liberal ao maior número de pessoas. Assim, a escola pública, através de seus currículos e das parcerias com entidades privadas, acaba, de certa forma, legitimando as ideias dessa classe que controla os meios de produção material e intelectual e que usa a instituição escolar, por exemplo, para difundir seus interesses como absolutos.

Diante dessa conjuntura, o MST resiste até hoje à educação pública e seu ideário liberal, promovendo aos sem-terrinhos³ uma educação intencional e dirigida, pois pretende conscientizá-las de que são crianças da classe trabalhadora, oprimidas pelo sistema capitalista; porém, agentes de transformação. Dessa forma, as crianças, por exemplo, quando inseridas no processo educativo, seja formal, seja informal, não assistem passivamente ao percurso da história; ao contrário, são incluídas no próprio fazer da luta, segundo Arenhart (2007).

Assim, a luta de classes, além de se fazer presente no campo social e econômico, também se expressa na dimensão educacional. Para Silva (2002), o conceito de educação do MST parte do princípio de que a educação faz parte da formação humana, oportunizando o sujeito a transformar a si mesmo e a sociedade. Logo, nota-se uma estreita ligação entre o projeto político do Movimento e a concepção de mundo dos seus integrantes.

Entre 1985 e 1989, os lemas do Movimento foram *Sem reforma agrária não há democracia* e *Ocupação é a única solução*. Essas duas frases revelam uma época de intensos conflitos entre os sem-terra e os proprietários rurais, num Estado que, embora fosse democrático, era a representação dos interesses da elite rural e urbana, vinculada ao capitalismo. Do ponto de vista econômico, Moraes (2000, p. 37) referiu-se aos anos de 1980 da seguinte forma:

O processo de “redemocratização controlada” não consegue evitar intrusos. As pressões para ampliar a participação popular (voto, organização sindical, movimentos populares, manifestações de massa) geram expectativas de controle público sobre atividades estatais (desprivatizar o Estado) e de cobrança dos direitos de cidadania abafados pela repressão (a “dívida social”).

Para o autor citado, esse período pode ser rotulado como uma *década de espaços conquistados*, e como tal passa a ser anunciado, naquele momento, o inevitável *ajuste estrutural*, enquanto argumento para elaboração de reformas. Essas reformas, na opinião de Moraes (2000), são doloridas, pois demonstram ações de políticas públicas sustentadas nos três lemas: focalizar, descentralizar e privatizar, com o propósito de substituir o acesso universal pelo acesso seletivo, descentralizar as operações e por último transferir ao setor privado tanto a propriedade dos entes estatais como a gestão dos serviços (MORAES, 2000).

Com a Constituição de 1988, a questão agrária no Brasil adquiriu novas dimensões. A nova Carta Magna estabeleceu princípios da política agrícola e fundiária e da reforma agrária no território nacional; porém, deixou brechas no que diz respeito às normas que definiam a propriedade produtiva e conseqüentemente o

³ O termo sem-terrinhos está sendo utilizado para representar as crianças pertencentes ao MST.

direito de desapropriação. Desse modo, a nossa Constituição Federal expressa uma das mais variadas contradições da democracia burguesa.

Se é possível, porém, ampliar a democracia numa sociedade capitalista, através da luta de classes, as formas democráticas são tanto um instrumento quanto um perigo para a burguesia. Embora possam ser usadas para criar ilusões, podem também se tornar o meio pelo qual as massas venham a deter o poder. (CARNOY, 1988, p. 72).

Com base nos pressupostos teóricos marxistas, Carnoy (1988, p. 72) apontou que as formas democráticas oferecem à sociedade uma ilusão de participação popular no Estado; contudo, também de “[...] acordo com a natureza da luta de classes, aquelas mesmas formas podem ser uma ameaça ao domínio da burguesia.” Talvez essa contradição da democracia burguesa possa nos revelar por que o golpe de Estado, civil e/ou militar, é um elemento corrente na história política brasileira.

Um exemplo que elucida uma maior resistência da classe trabalhadora diante da exploração promovida pelo capitalismo é a maior participação política eleitoral. No início do mandato do presidente José Sarney, o número de eleitores no Brasil em 1986 chegou a 51% da população, percentual bastante expressivo quando comparado a outros momentos democráticos⁴, embora tenhamos de considerar o aumento demográfico nacional e o voto facultativo dos analfabetos.

Os dados acima demonstram que, após o fim do regime político civil-militar, renascia uma força até então desmobilizada pela repressão, força esta que impulsionou o surgimento de novas representações da sociedade civil e, até mesmo, da reorganização de agremiações anteriormente censuradas. Ao tecer considerações sobre cidadania no Brasil durante o período de redemocratização, Carvalho (2002) salientou que o MST foi o melhor exemplo coletivo de associação naquele contexto, porquanto se apoderou do direito de organização, adentrando a arena política para forçar a democratização fundiária.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, entre o seu período de formação até o momento que antecede a primeira eleição direta para presidente da República, sobreviveu por meio de suas marchas, ocupações e acampamentos em defesa da reforma agrária, numa época de consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial. No interior de sua organicidade, o Movimento foi desenvolvendo ferramentas para criar uma identidade entre seus integrantes e promover uma politização capaz de manter suas campanhas.

O setor de educação do MST nasceu oficialmente durante o I Encontro Nacional de Professores de Assentamento, ocorrido em julho de 1987, no município de São Mateus, no Espírito Santo. Mas, como já foram citadas, as questões ligadas à educação faziam parte dos debates locais desde a gênese do Movimento. Sobre esse momento, Roseli Caldart (2004, p. 250) destacou o seguinte:

O encontro nacional de 1987 representou, pois, uma mudança de eixo no processo de ocupação da escola pelos sem-terra. Através dele e

⁴ Durante a República Velha, o percentual de eleitores no Brasil era em média 2,5%, e em 1945 o número aumentou para 16%. Os dados podem ser encontrados na obra *Uma breve história do Brasil*, de Mary Del Priore e Renato Venâncio (2010).

da decisão que o motivou, ou seja, a de desencadear essa articulação nacional, o MST, atendendo a pressão de sua base social, tomou a si a tarefa de organizar o trabalho de educação escolar nos acampamentos e assentamentos conquistados através de sua luta.

Segundo Carldart (2004), no processo que culminou na criação desse setor, é possível identificar algumas marcas, presentes até hoje no Movimento. Entre elas, destacam-se a decisão do MST por lutar pelo acesso à escola, os métodos dessa luta, a constituição dos coletivos de educação e a discussão sobre qual escola interessaria aos sem-terra. Vale lembrar que essa mobilização se fortaleceu no período democrático que se reinstalava oficialmente no Brasil em 1985. Portanto, o debate educacional, realizado pelos sem-terra, deve ser compreendido conjuntamente aos projetos reformadores no setor escolar, uma vez que as diretrizes educacionais em nível nacional estavam sendo repensadas, devido ao contexto político em voga.

Lutar por escola, mas não qualquer escola, e sim por uma instituição que viesse ao encontro dos interesses do Movimento, remete-nos ao pensamento gramsciano de que a escolarização da classe subordinada é diferente daquela recebida pelos filhos da classe burguesa. Todavia, apesar de o sistema escolar ter como base a divisão por classe social, este oferece a impressão de mobilidade ascendente, ou seja, de que é algo democrático (CARNOY, 1984).

Ao colocar na pauta de suas lutas a criação do setor de educação, o MST procurou elaborar uma proposta de escola e de processo de ensino-aprendizagem que se inserisse no âmbito de sua ideologia política, porque sabia das contradições educacionais no modo de produção capitalista. Fazendo referência aos estudos do filósofo Antonio Gramsci, Carnoy (1984, p. 31) destacou que a “[...] a escolarização proporcionada pelo Estado tem uma estrutura classista, sendo parte do aparelho ideológico do Estado burguês e um fator contribuinte da hegemonia burguesa.” Nesse sentido, a sociedade capitalista, ao produzir a desigualdade econômica, também gera a desigualdade de conhecimento.

Se, por um lado, o Estado democrático brasileiro representou para o MST a possibilidade de repensar uma educação para a classe trabalhadora do campo e mobilizar ações para sua concretização; por outro, trouxe para o debate teórico do Movimento reflexões acerca das limitações da consolidação efetiva dessa educação numa sociedade capitalista. Algumas interpretações marxistas⁵ rejeitam a ideia do Estado para o bem comum, interesse geral e justiça igual para todos. Por isso, numa sociedade de economia capitalista e política democrática burguesa, a luta dos sem-terra não cessa e ainda ganha outras formas de resistência.

Em relação ao período de 1985 a 1989, Bresser-Pereira avaliou que, no plano econômico, a democratização foi acompanhada por um ciclo populista de planos de estabilização financeira e que as lideranças partidárias governamentais, naquele instante, não tinham conhecimento da crise fiscal que assolava o Estado. A ausência da noção dessa crise, combinada com as ações políticas populistas, levou o Brasil a uma hiperinflação no início de 1990. Sobre a Constituição de 1988, o

⁵ Segundo Karl Marx, o Estado é um aparelho para o exercício do poder, servindo aos interesses da classe dominante. Para Lênin, o Estado é controlado pela burguesia, e sua função principal é a coerção. Na visão de Gramsci, o Estado é um instrumento de dominação burguesa; portanto, um aparelho de hegemonia (GRUPPI, 1986).

autor chegou a afirmar que, na esfera da administração pública, prevaleceu “[...] uma coalizão democrática, pretensamente de esquerda, mas, de fato, populista e nacional-desenvolvimentista.” (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 18).

Segundo Marx (1844, p. 7), “[...] por mais que os Estados tivessem se ocupado do pauperismo, sempre se ativeram a medidas de administração e de assistência [...]”. O comportamento do Estado no modo de produção capitalista não pode ser diferente, uma vez que sua existência depende da contradição entre os interesses particulares e gerais. Caso se eliminasse essa contradição, ele eliminaria a si próprio enquanto instituição.

O retorno da democracia no Brasil, como vimos, possibilitou que a luta do MST se tornasse nacionalmente reconhecida, enquanto direito à terra. Nesse contexto, o Movimento se expandiu territorialmente e alcançou uma representatividade política nunca antes vista na história fundiária brasileira. Entretanto, apesar da garantia dos direitos constitucionais, os sem-terra buscaram outras conquistas, como, por exemplo, o direito à educação escolar, pois acreditavam na sua potencialidade de empoderamento intelectual e político para a efetividade de seu projeto de sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento do MST e a formação do seu setor de educação devem ser compreendidos no conjunto de transformações que marcaram a nação brasileira durante a década de 1980. A desagregação do governo ditatorial, a democratização, o avanço das políticas econômicas neoliberais, a euforia civil e a organização de movimentos sociais fizeram parte dessas mudanças.

O período governamental presidido por José Sarney foi uma fase econômica e política de contradições, pois, por um lado, havia os remanescentes do regime civil-militar e as novas lideranças populistas e, por outro, os diversos grupos da sociedade civil procurando maior representatividade. Tudo isso, coligado às demandas do capital internacional, gerou, por parte dos trabalhadores do campo ou da cidade, manifestações de oposição contra um Estado que, em vez de representar os interesses da maioria da sociedade, acabou, mais uma vez, reproduzindo os anseios da minoria, como é de praxe quando se mantém o modo de produção capitalista.

Os projetos do setor educacional do Movimento, como, por exemplo, a luta por escolas nos assentamentos, a elaboração de uma proposta político-pedagógica, a exigência de cursos superiores voltados para a educação do campo, bem como outras atividades ligadas à agricultura familiar e de base ecológica, foram sendo colocados na pauta dos congressos coletivos regionais e nacionais elaborados pelos sem-terra. Essas ações podem ser criticamente compreendidas, à medida que forem analisados os rumos do Estado brasileiro na década de 1990, momento em que prevaleceram as ideias neoliberais e a reforma gerencial.

Em suma, o setor de educação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra desdobrou-se de um contexto político marcado pela redemocratização e, consequentemente, pela conquista de direitos civis. É importante salientar que essa conquista não significou uma aquisição concreta de liberdade e igualdade. É por isso que, ainda no século XXI, o Movimento se mantém firme em suas campanhas.

Nesse sentido, o MST não só lutava por acesso à terra como também pelo direito de uma educação politizadora que apoiasse seu projeto de sociedade. Com o intuito de resistir a uma organização educacional financiada pelo Estado burguês, mantenedora do *statu quo* capitalista, o Movimento se propôs a lutar por uma educação fundamentada na realidade material dos seus integrantes, tendo como um dos objetivos a formação de identidade política e social. Portanto, sua proposta educativa estava ligada à necessidade de construir uma unidade ideológica entre os trabalhadores sem-terra, a fim de fortalecer suas campanhas e contribuir para a consolidação dos assentamentos.

O fato de o MST, na qualidade de movimento social dos trabalhadores brasileiros sem acesso à terra, criar um setor de educação que contribuísse para a resistência aos mecanismos ideológicos liberais sustentadores do sistema capitalista de produção leva-nos a questionar se a classe trabalhadora, de maneira geral, está resistindo ao modelo educacional escolar vigente que reproduz a lógica do capital e construindo espaços alternativos educacionais, a fim de concretizar seus interesses. Talvez o caminho para a classe trabalhadora fosse, antes de tudo, compreender que a luta não acaba quando começa a democracia; ao contrário disso, a luta só se inicia, uma vez que o objetivo final é a consolidação real e concreta da liberdade humana.

REFERÊNCIAS

- ARENHART, D. *Infância, educação e MST: quando as crianças ocupam a cena*. Chapecó: Argos, 2007.
- BEZERRA NETO, L. *Sem-terra aprende ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais*. 1998. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO; WILHEIM; SACHS (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/00-73EstadoPatrimonial-Gerencial.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.
- CALDART, R. S. *Pedagogia do movimento sem-terra*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALDART, R. S.; KOLLING, E. J.; VARGAS, M. C. MST e Educação. In: CALDART, R. S. (Org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 500-507.
- CARNOY, M. *Educação, economia e estado: base e superestrutura, relações e mediações*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- DEITOS, R. A. Economia e estado no Brasil. In: FIGUEIREDO, I. M. Z.; ZANARDINI, I, M. S.; DEITOS, R. A. (Org.). *Educação, políticas sociais e Estado no Brasil*. Cascavel: EDUNIOESTE; Curitiba: Fundação Araucária, 2008. p. 23-43.

DEL PRIORE, M.; VENANCIO, R. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Versão para e-book, Edição Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socialismoutopico.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

FERNANDES, B. M. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, R. S. (Org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 496-500.

GRUPPI, L. *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. 11. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

KUENZER, A. Z. *Pedagogia da fábrica*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K. *Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social"*. De um Prussiano. Tradução de Ivo Tonet. [S.l. : s.n.], 1844. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000012.pdf>>.